



Datas-base em 1º de novembro fortalecem uma luta com mobilização total

CAMINHAREMOS FIRMES NA UNIDADE PARA OS ACORDOS COLETIVOS NA COPASA E COPANOR

Trabalhadores definem Pauta de Reivindicações e Sindicato intensificará mobilização da categoria nas assembleias em todos os cantos de Minas, nos dias 19 a 30 de junho. **PÁGINA 3**

MARCANDO O TERRENO PARA UNIVERSALIZAR O SANEAMENTO

Dirigentes sindicais e ministros de Estado participaram de Audiência Pública no Senado defendendo decretos do Governo Federal que regularizam o marco do saneamento e amplian-



Dirigentes sindicais defendem o saneamento no Senado

do a mobilização e convencimento de senadores para assegurar a iniciativa do governo, que protege o setor para a prestação de serviços essenciais com qualidade e que possibilite chegar a toda a população.

PÁGINA 4

Terceirização é o caminho da PRIVATARIA

Empresas de serviços de terceira qualidade desesperam a população e a Copasa é chamada para se explicar.

As empresas terceirizadas e quarteirizadas agem como "gatas" esquetejando a imagem pública de uma das empresas de maior reputação nos serviços de saneamento, cumprindo o papel "zemista" para o entreguismo. **PÁGINA 2**

SERVIÇO DE TERCEIRA PREJUDICA A POPULAÇÃO RECEBER CONTAS DA COPASA

Altas faturas, sumiço de contas, serviço irregular: a empresa foi interrogada na Câmara de Vereadores de BH

O avanço da tecnologia é irreversível, mas antes de ser colocada em prática precisa apresentar rigorosamente os resultados esperados para quem vai receber a prestação de serviço com a qualidade necessária.

Não é isso que vem acontecendo na Copasa, que há muitos anos vem sendo vítima de sua gestão, deliberadamente no caminho do sucateamento de suas estruturas, em um processo escandaloso de terceirização.

O mês de maio foi farto de escândalos na imprensa, atribuindo à Copasa uma qualidade deplorável de serviços que são prestados por empresas terceirizadas e quarteirizadas. Apesar da lambança dessas prestadoras de serviços, a Copasa é que foi intimada a dar explicações em audiência pública na Câmara Municipal de Belo Horizonte, diante de uma confusão generalizada nas contas entregues aos consumidores, com faturas exorbitantes, não recebimento de contas e extrema dificuldade no contato com a empresa para solucionar os problemas. As terceirizadas erram, fazem a lambança e a Copasa é que fica com a fama, bem ao gosto do governador Zema, que sonha em privatizar a empresa, como também a Cemig. Em jornal da capital, advogado diz ter recebido conta de R\$ 22 mil e acionado o Ministério Público contra a Copasa. A gritaria na audiência pública foi generalizada e pre-

postos da Copasa presentes informaram que foram contratados 310 leituristas terceirizados em dezembro passado e, ainda, que o “sistema era antigo e fizemos a migração para um novo, tecnológico”.

Foi dito ainda que na Região Metropolitana são realizadas 1,6 milhão de leituras, cerca de 720 mil em Belo Horizonte, e que “é comum que ocorra uma margem de erro, baixa, de 0,7%”.

Mas há de se perguntar se centenas de leituristas contratados por empresas terceirizadas, que exploram mão de obra, serão substituídos permanentemente em função de baixos salá-

os, sem os benefícios do acordo coletivo de trabalho do SINDAGUA. Como gostam os patrões, o “turnover” será constante, exigindo sempre novos treinamentos, reincidindo nos erros e no desespero da população com o serviço precário. A bagunça foi implantada antes da tecnologia infalível.



UM GOVERNO E GESTÃO DA EMPRESA MARCADOS PELA IRRESPONSABILIDADE SOCIAL DO ESTADO

A intenção do governo Zema dentro da Copasa foi sempre fazer demissão em massa e, mais recentemente, usar a empresa como cabide de empregos para assessores, com salários de marajás.

Os trabalhadores leituristas sempre estiveram na alça de mira do “governador”, que determinou até mesmo ajeitar condição destes trabalhadores se candidatarem a sair pelo PDVI, oferecendo incentivo que não deu aos demais trabalhadores, mostrando claramente o posicionamento excludente.

Falar em tecnologia para demitir leituristas é uma piada, diante da estrutura sucateada da empresa até para fazer reparos em sua rede de água e esgotos. A tecnologia aplicada é a perseguição, a covardia, o profundo desrespeito à Constituição de Minas, ao concurso público, a deputados e procuradores do Ministério Público, que continuam calados.

Trabalhadores na Copasa e Copanor unidos em campanha

CATEGORIA ABRE LUTA PELOS ACORDOS E SANEAMENTO COM RESPONSABILIDADE

2023 pode ser um ano histórico em nossas lutas através do Sindicato. Pela primeira vez, com data-base unificada em 1º de novembro, os trabalhadores na Copasa e na Copanor caminharemos juntos no processo de mobilização e negociações para os acordos coletivos de trabalho.

E está claro para os trabalhadores e também para a sociedade atendida por estas empresas em serviços essenciais de saneamento que esta luta do final do ano não será apenas para recuperar o valor dos salários e cláusulas sócio-econômicas

dos acordos coletivos. Além da condição financeira para sobrevivermos, precisamos de empregos em condições de prestar um serviço público de qualidade, para que a população tenha água potável e esgoto tratado, requisito essencial para sustentar políticas de saúde pública.

A direção do SINDÁGUA se reúne neste final de semana, traçando as estratégias para a campanha para os acordos coletivos 2023, que têm assembleias em toda a base (Copasa e Copanor) sendo realizadas nos próximos dias.

Participe da luta!

**Por salários e condições dignas de trabalho!
Pelo saneamento público prestado com qualidade!**

ASSEMBLEIA GERAL DA CATEGORIA

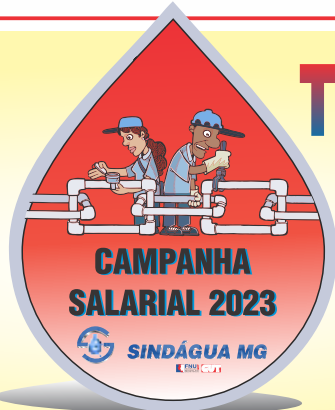
DIAS 19 A 29/JUNHO - Assembleias presenciais em todas as bases (Copasa e Copanor)

DIA 30 DE JUNHO - Assembleia online - com participação de trabalhadores através da página do sindicato www.sindagua.com.br/assembleia

Nas assembleias, vamos pontuar os principais problemas enfrentados pelos trabalhadores, tanto em seus direitos quanto em condições de trabalho, e deliberaremos as Pautas

de Reivindicações para negociações coletivas com a Copasa e Copanor.

Discuta os problemas em suas bases com os companheiros de trabalho e participe das assembleias! **A luta é de todos!**



TRABALHADORES UNIDOS EM CAMPANHA COPASA E COPANOR

**POR SALÁRIOS E CONDIÇÕES DIGNAS DE TRABALHO!
Pelo saneamento público prestado com qualidade!**

PARTICIPE DESTA LUTA!

Acompanhe mais informações em nosso site www.sindagua.com.br ou pelas redes sociais:



Facebook
[/sindaguamg](https://www.facebook.com/sindaguamg)



Youtube
[/sindagua.mg](https://www.youtube.com/sindagua.mg)



Twitter
[/sindaguamg](https://twitter.com/sindaguamg)



Instagram
[/sindagua.mg](https://www.instagram.com/sindagua.mg)



Linkedin
[/sindagua-mg](https://www.linkedin.com/company/sindagua-mg)



WhatsApp
(31) 3297-7227

MINISTROS APOIAM DECRETOS DO SANEAMENTO EM AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO SENADO

Diretores do SINDÁGUA e da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) participaram de audiência pública no Senado, no último dia 13 de junho, em que defenderam os Decretos 11.466 e 11.467, editados pelo Governo Federal em abril.

Os decretos permitem ao prestador de serviços de saneamento em atuação incluir no processo de comprovação da capacidade econômico-financeira contratos provisórios não formalizados ou mesmo instrumentos de natureza precária. Também susta dispositivos com detalhes de regulamentação da prestação regionalizada dos serviços de saneamento.



Dirigentes sindicais defendem o saneamento no Senado

DEFESA DO SANEAMENTO COMO POLÍTICA PÚBLICA

Os dirigentes realizam verdadeira força-tarefa em Brasília na defesa do saneamento como responsabilidade do Estado, para atingirmos a universalização dos serviços essenciais como política pública de saúde. Continua a mobilização no Congresso, visitando gabinetes, tanto de senadores como de deputados, com o objetivo também de buscar apoio dos parlamentares para a instalação da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Saneamento Público, em defesa dos decretos editados pelo presidente Lula.

O presidente do SINDÁGUA, Eduardo Pereira, ressalta a importância da mobilização do Sindicato junto à FNU em busca das assinaturas para a criação da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Saneamento Público, bem como as articulações para que se garanta a universalização do saneamento. «Os decretos 11.466/23 e 11.467/23 devem ser preservados para que as metas de universalização sejam acessíveis às empresas públicas em igualdade com as privadas. A ONU instituiu a água como direito fundamental e sua universalização não caminha junto com o lucro», salienta Eduardo Pereira.

MINISTROS DEFENDEM OS DECRETOS JUNTO AOS SENADORES

Na Audiência Pública, os ministros Jader Filho, das Cidades, e Rui Costa, da Casa Civil, defenderam os decretos 11.466/23 e 11.467/23 como garantidores de saneamento em municípios pequenos.

Jader Filho afirmou que os decretos asseguram o tempo necessário para que os municípios se organizem e prestem os serviços diretamente ou a realização dos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental necessários para concessão dos serviços. Sem os decretos, 762 municípios ficam impedidos de prestar os serviços por meio das companhias estaduais (15,7 milhões de habitantes) e fica vedado o acesso a recursos públicos da União para 1.113 municípios (30 milhões de pessoas). Ele destacou que “não há restrição de

participação do setor privado, mas a ampliação de possibilidades de atuação tanto do setor público quanto do privado, para não prejudicar o acesso de cerca de 30 milhões de habitantes aos serviços prestados por meio de contratos em situação de irregularidade, e possibilitar tempo hábil de transição para a contratação regular”.

O ministro ressaltou que “ninguém sozinho vai conseguir fazer a universalização de água e esgoto neste país”, devendo haver “esforços entre os estados, os municípios, o governo federal e entre a iniciativa privada”. “No Brasil não se pode ter apenas uma solução. Por exemplo, quem vai levar água até um município pequeno? A iniciativa privada vai chegar até ele? Não vai chegar, porque não é papel da iniciativa

Principais pontos dos decretos:

✓ Os decretos 11.466/23 e 11.467/23 sobre o saneamento básico, assinados pelo presidente Lula em 5 de abril, visam incentivar cerca de R\$ 120 bilhões de investimentos no setor até 2033.

✓ Os tópicos tratados pelos decretos beneficiam diretamente cerca de 30 milhões de brasileiros que ficariam desassistidos, caso os decretos não fizessem as adequações à Lei 14.026/2020 (Lei do saneamento).

✓ Os decretos irão viabilizar o acesso da população que vive em áreas periféricas e rurais aos serviços de saneamento, possibilitando a universalização em um prazo de 10 anos.

✓ Importante ressaltar que as empresas públicas de saneamento são as únicas que desempenham papel social ao atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade e elas são responsáveis por 79% do total dos recursos investidos no setor no país.

CAPACIDADE ECONÔMICA DAS EMPRESAS PARA FINS DE UNIVERSALIZAÇÃO

Rui Costa, ministro da Casa Civil, explicou que o decreto 11.466/23 revisa a metodologia da avaliação da capacidade econômica das empresas para fins de universalização do serviço de saneamento em seu território, com a reabertura de prazo para requerimento desta comprovação pelos prestadores até 31/12/2023 e para decisão das entidades reguladoras até 31/03/2024; permite a inclusão de municípios com prestação não formalizada ou precária no processo de comprovação, com o compromisso de regularização junto ao prestador até 31/12/2025.

Já o decreto 11.467/23, prorroga o prazo para

regionalização para 31/12/2025. “Caso o prazo para regionalização não tivesse sido prorrogado, 2.454 municípios estariam irregulares, sem acesso a recursos federais”, enfatizou o ministro.

Costa ressaltou que o decreto 11.467 prioriza a destinação de recursos da União para projetos que prevejam menor tarifa e antecipação da universalização dos serviços de saneamento. Frisou que os decretos “visaram conferir segurança jurídica para o investidor privado; segurança jurídica para a regionalização, com regras claras sobre a possibilidade de mais um prestador; e a retirada do limite de até 25% para as PPPs (parceria público-privada).